

CAOS NA PERÍCIA. Recomendação foi feita pelo Conselho Estadual de Segurança ao governo do Estado

Médicos da PM devem assumir IML

Profissionais do Corpo de Bombeiros Militar também podem substituir os legistas de Maceió e Arapiraca, que estão em greve desde a última sexta

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

Os membros do Conselho Estadual de Segurança (Conseg) decidiram recomendar ao governo que médicos da Polícia Militar (PM) e do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas substituam os legistas dos institutos médico legais (IMLs) de Maceió e Arapiraca, em greve desde a sexta-feira. A determinação é alternativa emergencial para enfrentar a crise na Perícia Oficial e, segundo avaliação do conselheiro Maurício Brêda, deverá estar concretizada antes do fim desta semana.

A Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds) já tem orientação do Conseg para elaborar uma escala de trabalho para os médicos militares que vão atuar nos IMLs, mesmo não sendo legistas. A decisão, tomada ontem, durante a 26ª reunião ordinária do colegiado, será seguida do cruzamento de dados para identificar vínculos empregatícios dos legistas em

;
Debate
A determinação é uma alternativa emergencial para enfrentar a crise na Perícia Oficial e deverá estar concretizada antes do fim desta semana

greve com hospitais e outros órgãos do Estado, dos municípios e da União. Se ficar demonstrado que estão trabalhando no mesmo dia e horário dos plantões no IML, a orientação do conselho é para que sejam processados por prevaricação e improbidade administrativa.

Durante toda a manhã de ontem, os integrantes do Conseg discutiram a situação no IML Maceió. O juiz Maurício Brêda, que representa o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) no colegiado, fez um relato do que presenciou no último sábado, ao ser chamado durante pro-



ALTON CRUZ

Durante toda a manhã de ontem, integrantes do Conseg discutiram a situação do IML de Maceió

testo das famílias que esperavam a liberação de corpos. Ele disse que determinou a prisão dos médicos legistas Sérgio Canuto e José Renalvo, que estavam escalados para o plantão naquele dia, mas não compareceram.

A situação no Instituto Médico Legal Estácio de Lima, no bairro do Prado, em Maceió, voltou a ficar caótica, com o acúmulo de corpos naquele necrotério. Já supera as duas dezenas o número de corpos de vítimas de violên-

cia sem perícia legal, exigência para o sepultamento. Diante do caos, Maurício Brêda pediu e o Tribunal de Justiça de Alagoas determinou que os corpos sejam liberados mesmo assim, mas que a Perícia Oficial adote medidas que garantam a realização da necropsia posteriormente.

Os corpos devem ser fotografados e a família assina termo de liberação assumindo estar informada de que poderá ser feita exumação em outro momento. Junto a essa deter-

minação, o Judiciário, que já havia decidido pela ilegalidade da greve dos peritos, decretou a prisão do presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas (Sinmed), Wellington Galvão, e de todos os grevistas que não voltarem ao trabalho imediatamente.

Ao Sinmed foi imposta multa diária de R\$ 10 mil até a normalização do serviço. O TJ decidiu ainda que o governo deve cortar os salários dos legistas pelos dias parados e recrutar médicos das secretarias de

Defesa Social e de Saúde.

Estes funcionários como peritos, com sustentação legal nos parágrafos 1º e 2º do artigo 159 do Código de Processo Penal, os quais estabelecem que na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados "por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, que prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo".

Corpos costumam a ser liberados

FÁTIMA ALMEIDA
REPÓRTER

A situação no Instituto Médico Legal (IML) continua caótica, mesmo com a decisão liminar do presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho, que determinou, em caráter liminar, a liberação dos cadáveres para sepultamento, sem a realização da devida necropsia e emissão do atestado de óbito.

Sem emprego, em situação de extrema pobreza e com 8 filhos para criar, a dona de casa Maria Cícera da Conceição já veio quatro vezes, de União dos Palmares, para tentar pegar o atestado de óbito do marido, que morreu num acidente de carro, no dia 16, e foi sepultado no dia 18. Sem dinheiro, tem contato com a caridade dos vizinhos, que fazem cotas para garantir a passagem. Entre outras coisas, o atestado é documento essencial para que dê entrada no seguro de vida por acidente de trânsito.

Ontem, a informação de que o documento não



Caos se instala no IML e cadáveres ainda podiam ser vistos, ontem, espalhados pelo chão

sairia por causa da greve fez com que ela desabasse num choro silencioso.

Esta é a terceira paralisação no IML este ano. E mais uma vez a sociedade é a mais prejudicada, sobretudo os familiares dos mortos. Isto porque a decisão da Justiça evita o retrato degradante de corpos acumulados, mas remete aos familiares uma dúvida cruel: levar o morto para sepultamento, para depois reviver todo o sofrimento com a exumação, ou deixá-lo no IML,

sem ser enterrado, até que a situação se resolva e a necropsia possa ser feita.

"É uma situação humilhante, num momento em que a gente está mais fragilizado", falava Zezita Soares, enquanto tentava decidir, junto com a família, sobre a liberação do corpo do sobrinho José Alfredo Soares, morto em um acidente, ontem.

Foi um funcionário do IML quem acabou forçando uma decisão, com uma versão meio distorcida da medida judicial. "Ele disse

que o Tribunal de Justiça está obrigando os familiares a levarem seus mortos", disse Zezita.

Por causa da decisão da Justiça, houve uma redução no acúmulo de corpos no IML. Por telefone, o diretor Luiz Mansur informou que 17 corpos foram liberados no domingo, mas informações no local davam conta de que as gavetas continuavam cheias, e alguns corpos estavam no chão, do lado de fora, como foi fotografado pela Gazeta. FA

Governo alega cumprir sua parte com categoria

A Gazeta tentou falar com o secretário de Defesa Social, Dário Cesar, mas não obteve êxito. Por meio da assessoria de comunicação, o Instituto de Criminalística, ao qual é vinculado o IML, informou que o Estado está cumprindo o que determinou a Justiça, quanto à liberação dos corpos, mediante assinatura da famílias, tomando ciência de que, após a greve, o corpo sepultado nessa condição, deverá ser exumado para a necropsia.

Disse também que o governo já vinha cuidando da reforma do Centro de Ciências Biológicas (CCB) da Ufal e da construção do novo IML, e que a negociação com os legistas vinha sendo feita com a intermediação do próprio presidente do Tribunal de Justiça, e que previa o pagamento da bolsa formação, no valor de R\$ 2.700, mais uma gratificação no valor de R\$ 1.000, mas que esse processo foi interrompido pela greve.

Em sua decisão, o desembargador Sebastião Costa Filho diz que o Esta-

do ofereceu os legistas uma bolsa equivalente a 100% da remuneração, e disponibilizou a sede e os equipamentos do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) para a realização das necropsias, considerando "injustificável e temerária" a conduta do sindicato, pela retomada da greve.

Para o diretor do IML, Luiz Mansur, houve descumprimento da decisão da presidência do TJ, que havia proibido a paralisação do serviço essencial da perícia médico-legal.

O gerente do SVO, médico patologista Henrique Costa, explicou que o órgão só pode atuar nos casos de mortes clínicas, porque os médicos de lá não são legistas. Mas informou que, mesmo com a greve, a estrutura do SVO continua sendo utilizada pelos legistas do IML, para fotografar e catalogar detalhes dos corpos, antes da liberação, de forma que não se percam detalhes que possam ajudar no esclarecimento das mortes por causas externas. FA